ACÓRDÃO DA 1ª CAMARA	**:**	**AC01-G.RC-30/2015**
PROCESSO TC/MS	**:**	TC/119277/2012
PROTOCOLO	**:**	1368799
ÓRGÃO	**:**	FUNDO ESPECIAL P/ INSTALAÇÃO, DESENV. E APERFEIÇOAMENTO DOS JUIZADOS ESP. CÍVEIS E CRIMINAIS
RESPONSÁVEL	**:**	HIDELBRANDO COELHO NETO
CARGO DO RESPONSÁVEL	**:**	EX-PRESIDENTE
ASSUNTO DO PROCESSO	**:**	CONTRATO ADMINISTRATIVO - 01.091/2012
RELATOR	**:**	CONS. RONALDO CHADID

I - EMENTA:

1ª FASE. PROCEDIMENTO LICITATÓRIO. DISPENSA. REGULARIDADE. 2ª FASE. FORMALIZAÇÃO DE TERMO DE CONTRATO. REGULARIDADE. FORMALIZAÇÃO DE TERMO ADITIVO. REGULARIDADE. 3ª FASE. EXECUÇÃO FINANCEIRA. REGULARIDADE. APROVADO POR UNANIMIDADE

1. Deve ser considerado regular o procedimento licitatório - dispensa - que foi realizado nos moldes da Lei 8.666/93.
2. É regular o termo de contrato e o termo aditivo formalizados em observância às disposições da Lei 8.666/93.
3. A despesa que foi regularmente empenhada, liquidada e paga, observando às disposições dos arts. 61, 62 e 63 da Lei 4.320/64 é regular.

II - RELATÓRIO:

Trata-se de processo eletrônico em que se julgou a dispensa de licitação, a formalização do 1º termo aditivo, a formalização e execução financeira do termo de contrato nº 01.091/2012, celebrado entre o Tribunal de Justiça do Estado de Mato Grosso do Sul, por intermédio do Fundo Especial para Instalação, Desenvolvimento e Aperfeiçoamento dos Juizados Especiais Cíveis e Criminais e a Fundação de Apoio ao Desenvolvimento da Educação de Mato Grosso do Sul, visando à realização do concurso público para provimento de cargos públicos da estrutura funcional do poder judiciário do Estado de Mato Grosso do Sul, no valor de R$ 400.000,00 (quatrocentos mil reais).

A equipe técnica, ao analisar a documentação encaminhada, sugeriu a intimação do Ordenador de Despesas para encaminhar a pesquisa de mercado; a

razão da escolha do fornecedor; a proposta do fornecedor; a comunicação à autoridade competente e respectiva ratificação; a publicação da ratificação na imprensa oficial; e a nota de reserva orçamentária (Análise 3020/2013 - folhas 60/63).

Em cumprimento ao despacho nº 9702/2013 (f. 64) foram emitidos os ofícios nºs 1744/2013 e 1745/2012 (folhas 65/66). Em resposta o Ordenador encaminhou os documentos juntados às folhas 69/191 e 194.

Após reexaminar os documentos que instruem os autos a 5ª ICE concluiu que o presente processo se encontra em consonância com as normas de Licitações e Contratações Públicas e de Direito Financeiro, atendendo ao estatuído nas Instruções Normativas e Regimento Interno desta Corte de Contas (Análise nº 16204/2012 - folhas 200/203).

O ilustre representante do Ministério Público de Contas, em cumprimento ao estabelecido no art. 53, inciso II, segunda parte, da Lei Complementar 160/12, exarou parecer opinando pela regularidade e legalidade da dispensa de licitação, formalização e execução financeira do contrato (Parecer nº 9238/2014 - folhas 207/209).

É o relatório.

III - VOTO:

Relator: Conselheiro Ronaldo Chadid

Ao proceder à análise das peças que compõem os autos e amparado pelas informações técnicas prestadas pela 5ª ICE observo que foi remetida a este Tribunal de Contas toda documentação elencada na Instrução Normativa TC/MS 35/11 referente à dispensa de licitação, em conformidade com o art. 24, inciso XIII, da Lei 8.666/93.

Já os atos referentes à 2ª fase de que trata o art. 120, inciso II, da RN/TC/MS 76/13, que consistem na formalização do termo de contrato - nº 01.091/2012 -, constato que foi regularmente celebrado com a Fundação de Apoio ao Desenvolvimento da Educação de Mato Grosso do Sul, estando presentes as cláusulas necessárias, previstas nos artigos 54, parágrafos 1º e 2º,

55 e 61, da Lei 8.666/93, visto que existe qualificação das partes, clareza quanto aos direitos e obrigações das partes, assim como as condições para sua execução, em conformidade com os termos do certame.

Consta nos autos o 1º termo aditivo, referente ao acréscimo de 6,5375%, totalizando o montante de R$ 26.150,00 (vinte e seis mil e cento e cinquenta reais), que foi celebrado nos termos da lei 8.666/93.

Quanto à documentação comprobatória apresentada no presente processo para comprovação dos atos executórios, verifico que a despesa foi devidamente empenhada, liquidada e paga dentro dos ditames estabelecidos nos artigos 62 *usque* 65 da Lei 4.320/64 e em consonância com a Instrução Normativa TC/MS 35/11, comprovados integralmente no valor R$ 383.535,00 (trezentos e oitenta e três mil e quinhentos e trinta e cinco reais), conforme ilustração abaixo:

Valor inicial do contrato	R$ 400.000,00
Termo aditivo	R$ + 26.150,00
Valor final do contrato	R$ 426.150,00
Total empenhado	R$ 426.150,00
Valor anulado	R$ -42.615,00
Valor empenhado - valor anulado	R$ 383.535,00
Despesa liquidada	R$ 383.535,00
Pagamento efetuado	R$ 383.535,00

Mediante o exposto, acolho o parecer ofertado pelo Ministério Público de Contas, e nos termos do art. 59, inciso I da Lei Complementar 160/12 c/c arts. 120, incisos I, II e III e 121, inciso IV, alínea *a* da RN/TC/MS 76/13, VOTO pela REGULARIDADE da dispensa de licitação, a formalização do 1º termo aditivo, a formalização e execução financeira do termo de contrato nº 01.091/2012, no valor R$ 383.535,00 (trezentos e oitenta e três mil e quinhentos e trinta e cinco reais), por observância às disposições das Leis 8.666/93 e 4.320/64, aplicáveis ao caso em exame.

São as razões que fundamentam o voto.

Conselheiro José Ricardo Pereira Cabral:

Com o relator.

Conselheiro Waldir Neves Barbosa:

Com o relator.

IV - DECISÃO:

Vistos, relatados e discutidos estes autos, os Conselheiros da 1ª Câmara, na Sessão Ordinária de nº 19, de 21 de outubro de 2014, em conformidade com a ata de julgamento, por unanimidade de votos ACORDAM pela regularidade da dispensa de licitação, a formalização do 1º termo aditivo, a formalização e execução financeira do termo de contrato nº 1.091/2012, no valor R$ 383.535,00 (trezentos e oitenta e três mil e quinhentos e trinta e cinco reais), por observância às disposições das Leis Ferais nºs 8.666/93 e 4.320/64, aplicáveis ao caso em exame. DISCUSSÃO: nesta oportunidade ninguém fez uso da palavra. DECISÃO: aprovado, por unanimidade, o relatório e voto do Conselheiro Relator.

Participaram do julgamento: Excelentíssimo Presidente Senhor Ronaldo Chadid; Excelentíssimo Senhor Conselheiro José Ricardo Pereira Cabral; Excelentíssimo Conselheiro Waldir Neves Barbosa; e o Representante do Ministério Público de Contas, Procurador de Contas, Dr. Dr. João Antônio de Oliveira Martins Junior.

Publique-se.

Campo Grande/MS, 21 de outubro de 2014.

Ronaldo Chadid
Conselheiro Relator